



AUABC

African Union Advisory
Board on Corruption

DECLARAÇÃO DOS RESULTADOS DA 5ª JORNADA AFRICANA ANUAL DE LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS: ACTORES CRÍTICOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO DA UNIÃO AFRICANA SOBRE A PREVENÇÃO E O COMBATE À CORRUPÇÃO

REALIZADO VIRTUALMENTE DE 9-11 DE NOVEMBRO DE 2021

1. INTRODUÇÃO

O Conselho Consultivo da União Africana sobre a Corrupção (AUABC) deu ênfase em 2021 à promoção de uma maior colaboração e harmonização de esforços entre e com as Comunidades Económicas Regionais (CER) através de uma maior cooperação e promoção de sinergias em torno de intervenções anti-corrupção no continente. O Diálogo Africano Anti-Corrupção de 2021 foi assim convocado virtualmente através de um webinar sob o tema: "**Comunidades Económicas Regionais**": Actores-chave na implementação da Convenção da União Africana sobre a Prevenção e Combate à Corrupção".

O Diálogo de três dias reuniu representantes dos Estados-Membros, organizações internacionais, Agências Nacionais Anti-Corrupção (ANAC), sociedade civil, academia e outras partes interessadas. Foram feitas apresentações e relatórios detalhados e realizaram-se ricos debates entre os participantes sobre o estado da luta contra a corrupção a nível das CER, quadros anticorrupção, políticas e leis adoptadas a nível das CER e dos países. Os ANAC trocaram as melhores práticas na luta contra a corrupção a nível nacional e na colaboração transfronteiriça a nível sub-regional. Os intervenientes não estatais (INE) discutiram com o Conselho como reforçar a sua colaboração.

A. REFORÇO DA COORDENAÇÃO ENTRE A CSIS E A NACAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO DA UNIÃO AFRICANA SOBRE A PREVENÇÃO E O COMBATE À CORRUPÇÃO

A discussão centrou-se na forma como a coordenação entre o RECS e as autoridades nacionais anti-corrupção pode ser melhorada. Foram feitas as seguintes recomendações;

- i. Os Estados-Membros devem esforçar-se por cumprir plenamente a Convenção da União Africana para a Prevenção e Combate à Corrupção (AUCPCC) bem como outros quadros normativos da UA na luta contra a corrupção.
- ii. A AUABC deve trabalhar com os Estados membros que não assinaram e ratificaram a Convenção para os encorajar a tornarem-se Estados partes na AUPAC.
- iii. Os Estados-Membros são encorajados a cultivar a vontade política como condição prévia necessária para o sucesso na luta contra a corrupção, uma vez que existe uma forte correlação entre uma liderança forte e uma boa governação e a vitória na guerra contra a corrupção.
- iv. Recomenda que os Estados garantam a coerência política na luta contra a corrupção para uma maior coerência na promoção da luta contra a corrupção.
- v. Os Estados-Membros são instados a imitar a acção colectiva noutras regiões que sejam visivelmente firmes na implementação e execução das decisões políticas por todos os Estados-Membros.
- vi. Os Estados-Membros são instados a actualizar o papel definido para os bancos centrais na Posição Comum Africana sobre a Recuperação de Activos, abordando as FFI e as práticas corruptas relacionadas no sector financeiro.
- vii. É necessário haver uma aprendizagem cruzada sobre a implementação dos tratados e relatórios entre o AUCPCC e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a fim de mobilizar apoio para a monitorização e implementação do AUCPCC.
- viii. As CERs e outros actores devem trabalhar para reforçar a capacidade dos NACAs, nomeadamente através da formação de NACAs e dos principais profissionais anti-corrupção, particularmente em relação à localização e recuperação de bens, incluindo investigações de IFFs através do comércio, impostos e branqueamento de capitais.

B. REFLEXÕES SOBRE O ESTADO DA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO EM ÁFRICA

Representantes da ANCA de diferentes países partilharam as suas experiências, incluindo sucessos, desafios e inovações na implementação dos seus mandatos anti-corrupção. A apresentação dos relatórios nacionais de progresso anti-corrupção da Argélia e de Moçambique precedeu actualizações semelhantes partilhadas por representantes da ANCA da Serra Leoa, Mali, Senegal, Togo, Costa do Marfim, Madagáscar, Seychelles e Botswana.

Foram as seguintes as recomendações

- i. O AUABC é instado a reforçar ainda mais o mecanismo de monitorização no âmbito do AUCPCC, clarificando a obrigação de informação por parte dos NACAs e fornecendo apoio técnico no processo para promover o cumprimento.
- ii. Os Estados-Membros devem tirar partido e expandir as plataformas de pagamento em linha para serviços públicos, uma vez que a experiência em alguns Estados demonstra que

a redução das transacções em numerário reduz significativamente a incidência de corrupção.

- iii. A prevenção é um pilar importante na luta contra a corrupção e os NACAs devem continuar a investir em intervenções a longo prazo que abordem as causas profundas da corrupção, tais como a inculcação de mensagens anticorrupção nos currículos das instituições de ensino a todos os níveis.
- iv. As NACAs devem promover a avaliação dos riscos de corrupção como uma prática padrão nas instituições públicas e privadas, uma vez que provou ser um instrumento eficaz para mitigar a corrupção através da sensibilização para a corrupção e da implementação de medidas de resposta adequadas.
- v. Os Estados-membros e os seus sistemas judiciais são convidados a desenvolver estratégias, nomeadamente através de reformas jurídicas, para combater o atraso deliberado de casos de corrupção por pessoas acusadas de delitos de corrupção, através de pedidos interlocutórios e outras formalidades processuais.

C. FÓRUM DE INTERVENIENTES NÃO ESTATAIS

O terceiro e último webinar do Diálogo foi dedicado à reflexão conjunta entre os intervenientes não estatais (INE) e o AUABC sobre a forma como cooperam actualmente, melhores práticas sobre o envolvimento dos INE na luta contra a corrupção a nível nacional, possíveis modelos de envolvimento entre o AUABC e os INE e recomendações sobre o caminho a seguir. As principais recomendações dos debates são as seguintes;

- i. Os INE precisam de reavivar a colaboração com o Conselho após a perturbação causada pela pandemia de Covid19 e tirar partido das plataformas em linha para aumentar o número de INE envolvidos com o Conselho.
- ii. O AUABC e os INE devem consultar e acordar o quadro mais apropriado para uma colaboração consistente e dinâmica.
- iii. O AUABC deve manter os memorandos de entendimento existentes com as OSC e procurar novos memorandos com organizações que ainda não estabeleceram parcerias com o Conselho.
- iv. O AUABC deve explorar formas de reforçar e expandir a participação no grupo de trabalho multi-sectorial sobre anti-corrupção em África. Devem ser feitos esforços deliberados para aumentar a participação dos sindicatos, das organizações de jovens e de mulheres e dos meios de comunicação social.
- v. Os parceiros de desenvolvimento devem ajudar as OSC a reforçar a sua capacidade de monitorizar a implementação do CCPUCA e o Conselho deve prestar apoio técnico às OSC sobre os requisitos e disposições da Convenção.